MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Secretaria-Geral
Divisão de Conselhos
Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11)3356-7632/7635/7636
conselhos.superiores@ufabc.edu.br

Ata nº 004/2016/Ordinária/ConsUni

Aos 6 dias do mês de dezembro do ano de 2016, no horário das 14h, na sala dos Conselhos, Torre 1 - 1º andar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Av. dos Estados, 5001, Bloco A, Torre I, 1º andar, Santa Terezinha, Santo André, realiza-se a IV sessão ordinária do Conselho Universitário (ConsUni) da UFABC do ano 2016, previamente convocada e presidida pelo magnífico reitor, professor Klaus Capelle, com a presença dos seguintes **conselheiros**: Dácio Roberto Matheus, vice-reitor; André Eterovic, representante docente do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Annibal Hetem Júnior, diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Arnaldo Rodrigues dos Santos Júnior, representante docente do CCNH; Clarissa de Franco, representante dos técnicos administrativos; Daniel Pansarelli, pró-reitor de extensão e cultura; Edson Pinheiro Pimentel, diretor do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Eduardo Peres Novais de Sá, representante docente do CCNH; Everaldo Carlos Venâncio, representante docente do CECS; Evonir Albrecht, representante docente do CMCC; Fernando Costa Mattos, pró-reitor de assuntos comunitários e políticas afirmativas; Francisco de Assis Comarú, representante suplente docente do CECS; Gilberto Maringoni de Oliveira, representante docente do CECS; Harlen Costa Batagelo, representante suplente docente do CMCC; Igor Fuser, representante docente do CECS; João Manoel Losada Moreira, representante docente do CECS; José Carlos Rodrigues Silva, representante docente do CCNH; Júlio Francisco Blumetti Facó, pró-reitor de administração; Luisa Falcioni Alvarenga, representante suplente dos técnicos administrativos; Luiz Carlos da Silva Rozante, representante docente do CMCC; Marcella Pecora Milazzotto, representante suplente docente do CCNH; Marcelo Augusto Leigui de Oliveira, representante suplente docente do CCNH; Márcio Fabiano da Silva, representante docente do CMCC; Nunzio Marco Torrisi, representante docente do CMCC; Patrícia Guilhermitti Pereira, representante suplente dos técnicos administrativos; Paula Ayako Tiba, pró-reitora de graduação; Paula Homem de Mello, vice-diretora do CCNH; Ricardo de Sousa Moretti, representante suplente docente do CECS; Roberta Kelly Amorim, representante suplente dos técnicos administrativos; Roberto Asano Junior, representante discente de pós-graduação; Ronny Maciel de Mattos, representante dos técnicos administrativos; Tatyane Estrela, representante discente de graduação; Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior, pró-reitor de planejamento e desenvolvimento institucional; Vladimir Perchine, representante docente do CMCC e Wagner Alves Carvalho, pró-reitor adjunto de pós-graduação. **Ausências justificadas**: Marcela Sorelli Carneiro Ramos, pró-reitora de pesquisa. **Ausentes:** Ana Lúcia Sanches, representante da comunidade civil; Lucas Becker, representante discente de graduação; Maria Elisa Ravagnani Gonçalves Ramos, representante da comunidade civil; Matheus Cassina Ribeiro; representante discente de graduação; Paulo Roberto Elias de Souza, representante discente de pós-graduação e Vladimir Daniel Ojeda da Silva, representante discente de graduação. **Não votantes**: Acácio Sidinei Almeida Santos, docente; Amanda Oliveira Bispo, discente; Carlos Eduardo F. Machado, discente; Flávio Rocha de Oliveira, docente; Giorgio Romano, docente; João Grabriel Coelho, discente; Kaio Barbosa Laurentino, discente; Letícia Dias Tavares, discente; Márcio Luiz dos Santos, docente; Marcos Vinicius Pó, presidente da Comissão Própria de Avaliação (CPA); Maria Luiza Levi, docente; Marilia de Azevedo B.

Ata nº 004/2016/Ordinária/ConsUni

Leite, discente; Paloma Breit dos Santos, discente; Silvio Wenceslau, pró-reitor adjunto de assuntos comunitários e políticas afirmativas e Soraya Cordeiro; secretária-geral. **Apoio administrativo**: Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos, Thiene Pelosi Cassiavillani, secretária executiva e Daniely Dias Campos e Natália Paranhos, assistentes em administração da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o presidente, após cumprimentar os presentes, abre a sessão às 14h12, com os **Informes da Reitoria:** 1) informa terem sido realizadas as eleições para os próximos mandatos nos Conselhos Superiores. A secretária-geral, Soraya, complementa, informando não ter havido recursos e que os resultados estão disponíveis na página da UFABC para consulta. Por fim, comunica ainda, que, na próxima semana, o relatório final da Comissão Eleitoral será encaminhado ao presidente dos Conselhos; 2) professor Klaus relata ter chegado ao fim recentemente o processo de escolha dos novos núcleos estratégicos da Universidade. Foram aprovados o Núcleo de Nanomedicina (NNANOMED) e o Núcleo Interdisciplinar de Neurociência Aplicada (NINA). Ainda, houve as aprovações dos Núcleos de Revalorização de Resíduos (REVALORES) e de Tecnologias Sustentáveis, condicionadas à apresentação de um plano de fusão gradual de suas atividades, uma vez que foi detectada uma sobreposição de suas áreas de atuação. Isso não deverá ser feito logo no início, de modo a possibilitar aos Núcleos tempo para planejar sua fusão, mas o plano deverá ser apresentado até a primeira avaliação intersticial; 3) informa que professor Gustavo Martini Dalpian foi eleito como membro afiliado da Academia Brasileira de Ciências (ABC). Acrescenta que há apenas cinco membros afiliados em todo o Estado de São Paulo e parabeniza professor Dalpian; 4) pontua que, na última semana, em negociação com o Ministério da Educação, foi recebida uma complementação de R$ 5 milhões para serem utilizados nas obras. Acrescenta que a complementação para o pagamento de bolsas e outras atividades também foi solicitada, mas não liberada. Relata que a verba será utilizada para o término das obras que estão próximas da entrega, elencando o que será realizado: cabeamento do Bloco L e interiores dos Blocos C e Zeta; 5) passa novamente a palavra a Soraya, que solicita a promoção do item 5 do Expediente, "Calendário ConsUni 2017", para o terceiro da Ordem do Dia, logo após a apreciação das atas. Não havendo oposição, o item passa a ser o terceiro da Ordem do Dia. **Informes dos Conselheiros:** 1) professor Evonir passa a palavra à professora Patrícia da Ana que representa a Pró-Reitoria de Pesquisa nesta reunião. Ela solicita a passagem do item 7 do Expediente, "Relatório anual do projeto 'Apoio às facilidades multiusuárias da UFABC', referente à Reserva Técnica de Infraestrutura Institucional para Pesquisa (2015) relativa ao projeto interinstitucional FAPESP 2011/51680-6 (projeto GMT)", para o quarto da Ordem do Dia. A proposta é secundada. Não havendo oposição ou manifestações, encaminha-se a proposta para votação. Aprovada com 1 voto contrário e 4 abstenções, passando o item a ser o 4º da Ordem do Dia; 2) a representante suplente dos técnicos administrativos, Luísa Falconi, relata que ontem se reuniu, pela primeira vez, a Comissão Consultiva de Sustentabilidade. Ressalta que os trabalhos da Comissão, juntamente com a equipe da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (ProPlaDI), estão sendo iniciados e espera-se que os primeiros resultados sejam divulgados no próximo ano. Coloca-se, ainda, à disposição para aqueles que desejem sanar

dúvidas ou conversar sobre a atuação da Comissão; 3) professor André Eterovic solicita que o antigo item 4 da Ordem do Dia, "Proposta de oferta do curso de Bacharelado em Relações Internacionais (BRI) para o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera)" vá para o primeiro o Expediente. Não há manifestações. Em votação, há 12 votos favoráveis à proposta, 12 votos pela permanência do assunto na Ordem do Dia e 5 abstenções. Com a prerrogativa do desempate, professor Klaus se manifesta pela manutenção do item na Ordem do Dia, de modo que o ConsUni tenha a oportunidade de votá-lo, se assim desejar; 4) professora Paula Homem de Mello solicita que o item 8 do Expediente, "Ratificação da aprovação de utilização dos recursos oriundos da RTI-FAPESP relativa ao Projeto RTIO-GMT 2016", seja promovido para Ordem do Dia e que sua discussão se anteceda à apreciação do "Relatório anual do projeto 'Apoio às facilidades multiusuárias da UFABC'". Não havendo manifestações contrárias, a proposta é encaminhada para votação e aprovada com 9 abstenções, passando o item a ser o quarto da Ordem do Dia; 5) A representante discente de graduação, Tatyane Estrela, informa que, desde o dia 24 de novembro, a Reitoria está ocupada por discentes, que possuem diversas reinvidicações. Acrescenta que a pauta principal é em protesto à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55 e contra a redução da assistência estudantil na UFABC. Passa a palavra para a discente Amanda, que lê o manifesto da ocupação [cuja íntegra encontra-se no Anexo I desta ata]. Em seguida, é realizada uma apresentação artística em homenagem a discentes que não mais estão na UFABC em virtude dos cortes de bolsas estudantis. Tatyane prossegue, mencionando que os cortes de bolsas atingem os mais pobres, os cotistas e as pessoas que entraram na Universidade por meio de políticas de inclusão. Em seguida, lê trecho da nota da Associação Juízes para a Democracia em defesa da livre manifestação de estudantes: "[...] *é preciso considerar que as ocupações, na forma que sucedem em escolas e universidades, consistem em exercício de liberdade de expressão que permite, aos coletivos, grupos e movimentos sociais, a atenção do Estado e da sociedade para as suas demandas. Representam, em outros termos, legítimo direito tutelado pela Constituição da República*". Propõe, então, que o ConsUni aprove uma Moção de Apoio e Solidariedade ao movimento Ocupa UFABC. Professor Klaus considera a manifestação comovente e afirma que a mencionará em reunião junto ao Ministério da Educação (MEC). Secundada, a proposta de moção é encaminhada para discussão. Tatyane passa a palavra ao discente Bruno, que lê documento [cuja íntegra encontra-se no Anexo II desta ata]. Em discussão, diversos conselheiros realizam falas em apoio à ocupação e às reinvidicações a favor da assistência estudantil. Com a palavra, a representante dos técnicos administrativos, Roberta, recorda a proposta de moção contra a então PEC 241, realizada por discentes e técnicos administrativos, que permaneceu em pauta por diversas reuniões e, por fim, não foi votada. Manifesta-se favorável à aprovação da Moção e solicita que os conselheiros reflitam sobre as implicações da PEC não apenas aos menos favorecidos, mas também sobre seus próprios salários. Diversos discentes demonstram desconforto com a quantidade de conselheiros que não prestam atenção às falas enquanto os discentes se manifestam. Reiteram que a ocupação é em favor da Universidade e que esta foi feita para o povo. Acrescentam estar ameaçada a permanência estudantil, o que é contrário à função da

universidade pública de promover inclusão social. Ainda, em resposta a opiniões proferidas em redes sociais de que os discentes que ocupam a Reitoria são delinquentes, mencionam que sua delinquência é reinvidicar que seus direitos sejam garantidos. Mencionam a necessidade de paridade tanto nos conselhos superiores, quanto nas eleições para a reitor. Mencionam haver um regime de exclusão na UFABC no que tange à Iniciação Científica e discorrem acerca das dificuldades que alunos de baixa renda e ingressantes cotistas enfrentam. Leem documentos os discentes Paloma Breit e João Gabriel Coelho, [cujas íntegras encontram-se nos Anexos III e IV desta ata, respectivamente]. Findas as manifestações acerca da proposta de moção, professor Klaus encaminha o documento para votação. Em votação, a moção é aprovada com 20 votos favoráveis, 6 contrários e 4 abstenções. Professores Daniel Pansarelli e Vitor Marchetti declaram sua abstenção por estarem na posição de negociadores representantes da Reitoria junto ao movimento Ocupa UFABC, e assim visarem à preservação do andamento das negociações. Professor Rodrigues solicita aos discentes que não façam generalização, pois há docentes, como ele, que também vêm da periferia e que passaram por extrema dificuldade para atingirem a posição que se encontram. Questiona o tom agressivo das manifestações dos estudantes. Em resposta, os discentes afirmam que a busca é pela melhoria de todos os que vieram da e estão na periferia. A discente Tatyane também relata a marcha a Brasília em protesto à PEC em que diversos sindicalistas, estudantes e professores foram recebidos pela Tropa. Considera haver, no momento, um Estado de exceção. Acrescenta não se poder deslegitimar a luta de outrem utilizando como exemplo conquistas pessoais. Solicita mais respeito e menos criminalização e difamação dos alunos da ocupação; 6) professor Francisco Comarú solicita a inversão de pauta de modo que o antigo item 4 e novo item 7 da Ordem do Dia, “Proposta de oferta do curso de Bacharelado em Relações Internacionais (BRI) para o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera)” passe a ser o item 3 da Ordem do Dia. É esclarecido que tal alteração contrariaria as decisões que foram tomadas nesta mesma sessão. Professor Comarú, então, solicita a inversão de pauta dos novos itens 6 e 7. Professora Marcella Milazotto contrapõe-se à proposta, uma vez que o “Edital para abertura de novos cursos de graduação na área de Ciência e Tecnologia da Vida” está pautado no Conselho desde maio de 2016. Não havendo mais manifestações, a inversão de pauta é encaminhada para votação e aprovada com 12 votos favoráveis, 9 contrários e 8 abstenções; 7) professor Daniel Pansarelli manifesta-se acerca da ocupação. Informa ser representante da Reitoria nas negociações, juntamente com os professores Vitor Marchetti e Marcela Sorelli e com o técnico administrativo Sílvio Silva desde o início do movimento. Acrescenta estarem em contato diário com os discentes do Ocupa UFABC, e salienta não se ter identificado qualquer risco à segurança pessoal dos indivíduos ou ao patrimônio. Afirma ser a primeira ocupação de que se tem registro em que não houve qualquer depredação. Por fim, informa haver perspectivas reais e concretas de uma desocupação, considerando-se que as demandas estão sendo respondidas e 8) o representante dos técnicos administrativos, Ronny Mattos, expressa sua satisfação em atuar junto aos demais conselheiros, uma vez que esta é a última sessão ordinária da atual legislatura do ConsUni. Ainda, recorda que, na última sessão, havia realizado um informe e solicitado esclarecimentos acerca da progressão

dos técnicos administrativos e, também, naquele momento, encaminhou um e-mail ao superintendente de gestão de pessoas acerca do tema. Informa não ter obtido qualquer resposta e questiona se isso ocorrerá. Professor Klaus informa que, conforme o compromisso assumido, a necessidade de esclarecimento foi retransmitida ao superintendente. Soraya complementa, afirmando que, toda vez que há uma demanda dos Conselhos Superiores a uma área administrativa da Universidade, ela é retransmitida e pelo o que consta esta foi resolvida, mas irá verificar junto à Área e dará um retorno ao conselheiro tão logo certifique-se de tal encaminhamento. **Ordem do dia:** Ata da I sessão conjunta de 2016, realizada no dia 11 de outubro de 2016. Não havendo manifestações, o documento é encaminhado para votação e aprovado com 1 abstenção. Ata da III sessão ordinária de 2016, realizada nos dias 4,11 e 25 de outubro de 2016. A secretária-geral, Soraya, informa ao Conselho que, a pedido de professora Paula Tiba, houve a supressão de um trecho da página 8, linhas 357 a 359. Ainda, apresenta uma pequena correção na linha 445 da página 10. Não havendo manifestações, o documento é encaminhado para votação e aprovado com 3 abstenções. Calendário ConsUni 2017. Após apresentação das datas pela secretária-geral, sugere-se que o documento estabeleça, além da data, o horário limite para envio de sugestões de pauta. Acatada a sugestão e não havendo mais manifestações, o documento é encaminhado para votação e aprovado por unanimidade. Ratificação da aprovação de utilização dos recursos oriundos da RTI-FAPESP relativa ao Projeto RTIO-GMT 2016. Professora Paula Homem de Mello informa que a proposta é apenas a formalização da aprovação de utilização dos recursos perante a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Não havendo manifestações, o documento é encaminhado para votação e aprovado por unanimidade. Relatório anual do projeto "Apoio às facilidades multiusuárias da UFABC", referente à Reserva Técnica de Infraestrutura Institucional para Pesquisa (2015) relativa ao projeto interinstitucional FAPESP 2011/51680-6 (projeto GMT). Professor Patrícia da Ana informa que o relatório se refere a um processo de 2011, cujo beneficiário é o professor João Evangelista Steiner. Acrescenta que a entrega do relatório deveria ter ocorrido em agosto de 2016, porém, o prazo foi prorrogado até janeiro de 2017, em virtude não se ter conseguido passar o relatório pelo ConsUni. Apresenta os detalhamentos da utilização dos recursos: dos R$ 357.655,82 repassados, foi utilizado 54,5% com materiais de consumo, 31,9% com serviços de terceiros, 12,8% com material permanente e 0,6% com manutenção e/ou diárias. Relata que o montante foi destinado, principalmente, às duas centrais multiusuário, dos *campi* São Bernardo do Campo e Santo André, porém, utilizou-se, também, uma parcela no Biotério de Santo André. Elenca os consumíveis que foram adquiridos e os serviços de terceiros contratados. Em discussão, são solicitados os seguintes esclarecimentos: a) se os docentes da UFABC, que trabalham em regime de Dedicação Exclusiva (DE), podem, legalmente, receber por prestação de serviços, conforme as páginas 7 e 8 do relatório. Professora Patrícia informa que averiguará a questão. Professor Klaus informa que os recursos são provenientes da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que, certamente, auditará a sua utilização. A representante dos técnicos administrativos e chefe da Divisão de Convênios, Patrícia Guilhermitti, esclarece que, como os docentes da UFABC trabalham em regime DE, eles

necessitam, para realizar qualquer consultoria remunerada, de autorização prévia da UFABC, que, atualmente, é realizada pela Comissão Permanente de Convênios (CPCo); b) como se dá a utilização dos laboratórios da UFABC por empresas privadas. É esclarecido que as empresas utilizam os laboratórios da UFABC em regime de colaboração. Ainda, a Central multiusuário da UFABC segue um modelo estabelecido, em que todas as facilidades são para o desenvolvimento e colaborações em nível regional. Professor Klaus acrescenta que, como antigo pró-reitor de pesquisa, pode certificar que nenhuma empresa privada utiliza as instalações da UFABC de forma gratuita. Elas pagam bolsas, realizam a manutenção de equipamentos e pagam taxas de ressarcimento institucional. A colaboração com empresas privadas jamais implica em gastos para a UFABC, pelo contrário, ela sempre beneficia a Universidade; c) se a aplicação de recursos passou pela Comissão Permanente de Segurança Laboratorial (CPSL) e pela Comissão Interna de Saúde do Servidor Público (CISSP). Professora Patrícia responde que todas as adequações realizadas tiveram o aval da CPLS e da Comissão Interna de Biosseguraça (CIBio); d) se as centrais multiusuário não poderiam ser abertas para utilização pelos alunos de Iniciação Científica (IC). É esclarecido que os alunos já podem utilizar os equipamentos. Apenas, necessitam do acompanhamento de seu orientador ou de monitores, uma vez que, diferentemente dos alunos da pós-graduação, não possuem treinamento para utilizar os equipamentos. Não havendo mais discussões, o assunto é encaminhado para votação e aprovado com 3 votos contrários e 7 abstenções. Declaram seus votos contrários os professores Paula Homem de Mello, José Carlos Rodrigues e Paula Ayako Tiba. Professora Paula Tiba justifica seu voto contrário por não estar certa acerca da legalidade de um docente em regime DE receber por uma consultoria realizada dentro da própria UFABC. Proposta de oferta do curso de Bacharelado em Relações Internacionais (BRI) para o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Professor Edson Pimentel relata o assunto, informando que foi o relator, também no ConsEPE e que, suas sugestões e dúvidas levantadas naquela instância foram solucionadas, exceto quanto às seguintes recomendações: i) solicitar aos proponentes um cronograma de implantação do Projeto, abrangendo as duas primeiras etapas e incluindo a capacitação dos docentes participantes na metodologia da alternância e ii) solicitar aos proponentes que explicitem os mecanismos de reoferta de disciplinas para alunos reprovados. Finaliza, apontando que, pelas análises relatadas, não parece haver quaisquer restrições legais à aprovação da proposta. Findo o relato, professor Giorgio Romano toma a palavra e afirma que a proposta foi discutida em diversas instâncias anteriores e houve extenso debate por e-mail. Ressalta a preocupação em atender às especificidades do Projeto Pedagógico da Universidade, entretanto, entende que se está criando um conservadorismo e chama atenção ao compromisso da UFABC com a inclusão social. Em discussão, são realizados os seguintes questionamentos: a) se a proposta aumenta as vagas do Bacharelado em Ciências e Humanidades (BC&H). Professor Edson explica que esses discentes não serão contabilizados como alunos da UFABC, portanto, não haverá aumento das vagas. Ainda, é esclarecido que, para serem contabilizadas como vagas efetivas do BC&H, a oferta deveria ser regular, e não única; b) motivo para não oferecer um curso de BC&H, ao invés do Bacharelado em Relações Internacionais (BRI). Os proponentes

esclarecem que o interesse do Pronera é pelo curso de Relações Internacionais, que é a proposta já pré-aprovada; c) qual o posicionamento da área demandante frente ao documento anexo que afirma que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) não está a par da situação proposta. Professor Giorgio Romano esclarece que esses trechos do documento se referem à parte do programa que se dá em Brasília, também é informado que ainda não existem documentos do programa porque ele ainda não foi aprovado; d) levantam-se, ainda, questionamentos quanto a quais serão os docentes que ministrarão as disciplinas de Opção Limitada e livres. professor Giorgio esclarece que o edital estará aberto a todos os professores da universidade e ressalta que será apenas uma turma, portanto, necessitará de apenas um professor para cada disciplina. Em defesa da proposta, é apontado que, segundo o parecer do relator, não existe incompatibilidade entre o projeto apresentado e as diretrizes pedagógicas da UFABC. Ainda, a proposta não trará custos para a Universidade e ela está em total acordo com a legislação, além de alinhar-se à missão e aos objetivos da UFABC. Ressalta-se que o programa exigirá um sistema de assessoria e monitoria bem estruturado e a área demandante informa que no documento há uma parte de perguntas e respostas que esclarece essas questões, assim como na página do site, onde constam detalhes sobre a parceria e atuação do Pronera. É sugerido que, caso a proposta seja aprovada, acrescente-se o trecho “que a proposta ora aprovada tenda a eventuais recomendações do TCU”. Depois de prestados outros esclarecimentos, verifica-se a ausência de quórum para continuação da sessão. Acorda-se que a Secretaria-Geral realizará uma consulta por e-mail, de modo a verificar a disponibilidade dos conselheiros para uma continuação da reunião ainda neste ano. Como nenhum dos participantes deseja fazer uso da palavra, o presidente agradece a presença de todos, e encerra a sessão às 18h43.----------
Aos 7 dias do mês de fevereiro do ano de 2017, no horário das 14h, na sala dos Conselhos, Torre 1 - 1º andar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Av. dos Estados, 5001, Bloco A, Torre I, 1º andar, Santa Terezinha, Santo André, realiza-se a continuação da IV sessão ordinária do Conselho Universitário (ConsUni) da UFABC do ano 2016, previamente convocada e presidida pelo magnífico reitor, professor Klaus Capelle, com a presença dos seguintes **conselheiros**: Dácio Roberto Matheus, vice-reitor; Adalberto Mantovani Martiniano de Azevedo, representante docente do Centro de Engenharia e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Alexandre Hiroaki Kihara, pró-reitor de pós-graduação; André Eterovic, representante docente do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); André Guilherme Ribeiro Balan, representante docente do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Annibal Hetem Junior, diretor do CECS; Arnaldo Rodrigues dos Santos Júnior, representante docente do CCNH; Clarissa de Franco, representante dos técnicos administrativos; Edson Pinheiro Pimentel, diretor do CMCC; Eduardo Peres Novais de Sá, representante docente do CCNH; Everaldo Carlos Venâncio, representante docente do CECS; Francisco de Assis Comarú, representante suplente docente do CECS; Gabriela Spanghero Lotta, representante docente do CECS; Gilberto Maringoni de Oliveira, representante docente do CECS; Herculano da Silva Martinho, representante docente do CCNH; Igor Fuser, representante docente do CECS; José Carlos Dugo, pró-reitor adjunto de administração; José Carlos Rodrigues Silva, representante docente do

Ata nº 004/2016/Ordinária/ConsUni

CCNH; Luisa Falcioni Alvarenga, representante suplente dos técnicos administrativos; Luiz Carlos da Silva Rozante, representante docente do CMCC; Marcela Sorelli Carneiro Ramos, pró-reitora de pesquisa; Marta Oliveira Rodrigues, representante dos técnicos administrativos; Mauro Coelho dos Santos, representante docente do CCNH; Nunzio Marco Torrisi, representante docente do CMCC; Paula Ayako Tiba, pró-reitora de graduação; Regina Helena de Oliveira Lino Franchi, representante suplente docente do CMCC; Ronei Miotto, diretor do CCNH; Silvio Wenceslau Alves da Silva, pró-reitor adjunto de assuntos comunitários e políticas afirmativas; Tatyane Estrela, representante discente de graduação; Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior, pró-reitor de planejamento e desenvolvimento institucional; Vivilí Maria Silva Gomes, representante docente do CMCC; Vladimir Daniel Ojeda da Silva, representante discente de graduação; Vladimir Perchine, representante docente do CMCC e Wesley Guilherme Alves, representante suplente discente de graduação. **Ausências Justificadas**: Daniel Pansarelli, pró-reitor de extensão e cultura. **Ausentes:** Ana Lúcia Sanches, representante da comunidade civil; João Manoel Losada Moreira, representante docente do CECS; Maria Elisa Ravagnani Gonçalves Ramos, representante da comunidade civil; Matheus Cassina Ribeiro, representante discente de graduação; Paulo Roberto Elias de Souza, representante discente de pós-graduação; Roberto Asano Junior, representante discente de pós-graduação e Ronny Maciel de Mattos, representante dos técnicos administrativos. **Não votantes**: André Moreno Munhoz, integrante do Coletivo de Consumo Rural Urbano - Solidariedade Orgânica (CRU - SOLO); Guericke Sérgio de Abreu, discente de graduação; Ian Lacerda da Silva, discente de graduação; João Pereira do Carmo Filho, Procurador Educacional Institucional; Paloma Breit dos Santos, discente; Soraya Cordeiro; secretária-geral e Tatiana Berringer de Assumpção, docente do CECS. **Apoio Administrativo**: Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos, Thiene Pelosi Cassiavillani, secretária executiva e Daniely Dias Campos e Natália Paranhos, assistentes em administração da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o presidente, professor Klaus Capelle, após cumprimentar os presentes, abre a sessão às 14h16, desejando um feliz 2017 aos conselheiros e afirmando que este ano exigirá intenso trabalho. Ainda, menciona que essa deverá ser a última reunião da atual legislatura. Agradece o empenho e dedicação dos conselheiros eleitos que hoje terminam seu mandato e informa que os assuntos do Expediente que não puderem ser promovidos, nesta data, à Ordem do Dia comporão a pauta da I sessão ordinária de 2017. Afirma, ainda, haver a necessidade de escolha de novo representante da comunidade civil, em substituição à professora Ana Lúcia Sanches. Passa a palavra à secretária-geral, Soraya, que informa que a votação acontecerá em dois turnos. A palavra, então, é passada aos conselheiros que realizaram indicações, de modo que apresentem seus candidatos, a saber: André Moreno Munhoz, Hélio Dias, Luís Paulo Bresciani, Marcelo Gil e Rodolfo Fernandes More. As cédulas são distribuídas aos conselheiros. Professor Annibal solicita a promoção do item 3 do Expediente, “Proposta de concessão do título de Professor Emérito ao professor Pedro Carajilescov”, para a Ordem do Dia, de modo que seja apreciado enquanto os votos são apurados. Não há manifestações contrárias e a solicitação é acatada pela Mesa. Proposta de concessão do título de Professor Emérito ao professor Pedro Carajilescov. Professor Annibal

informa que a proposta surgiu na reunião do Conselho de Centro do CECS, momento em que foi aprovada por unanimidade. Acrescenta que professor Pedro foi o primeiro diretor do CECS e é um dos fundadores da UFABC, tendo por ela trabalhando arduamente até sua aposentadoria compulsória. Não havendo manifestações, a proposta é encaminhada para votação e aprovada com 26 votos favoráveis e 4 abstenções. Retomando-se a indicação de membro da comunidade civil, após apuração dos votos do primeiro turno, verifica-se que os candidatos receberam os seguintes quantitativos de votos: a) André Moreno Munhoz, 6 votos; Hélio Dias, 9 votos; Luís Paulo Bresciani, 9 votos, Marcelo Gil, 6 votos; Rodolfo Fernandes More, 1 voto. Ainda, verifica-se a existência de 1 voto branco. Desse modo, procede-se à votação em segundo turno, entre os candidatos Hélio Dias e Luís Paulo Bresciani. Após apuração, verificam-se as seguintes quantidades de votos: i) Hélio Dias, 12 votos; ii) Luís Paulo Bresciani, 13 votos e iii) 6 votos brancos. O novo representante da comunidade civil do ConsUni é, portanto, Luís Paulo Bresciani. Proposta de oferta do curso de Bacharelado em Relações Internacionais (BRI) para o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Professor Edson Pimentel repassa a relatoria que havia realizado na última reunião, explicando que buscou analisar as similaridades e as diferenças em relação à oferta normal do curso, que ocorre mediante o PPC vigente e a oferta na modalidade Pronera, considerando os seguintes elementos: i. ingresso dos estudantes; ii. regime de matrícula; iii. sequência das disciplinas; v. regime quadrimestral e carga horária presencial; v. corpo docente e vi. reprovação. Acrescenta ter priorizado destacar e analisar questões que considerou mais centrais, podendo haver, portanto, aspectos mais específicos que não foram contemplados. Ainda, não acredita se tratar de um novo curso, não havendo, portanto, resoluções específicas que legislem sobre a demanda em questão: a oferta de curso de graduação existente para público específico em desenho pedagógico diverso. Em seguida, elenca os dispostos em normativos da UFABC que poderiam ser considerados restrições legais à oferta do Pronera. Informa ter realizado recomendações à área demandante quando da apreciação da proposta pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (ConsEPE) e elenca aquelas que foram atendidas. Professor Klaus solicita que Soraya leia a lista de inscrições remanescentes da última reunião. Com a palavra, Soraya elenca os nomes: Tatyane Estrela, Gilberto Maringoni, Vitor Marchetti, Dácio Matheus, Vladimir Perchine e Clarissa de Franco. Professor Vladimir Perchine levanta Questão de Ordem, solicitando que o assunto seja retirado de pauta, uma vez que recebeu solicitação de conselheiros da próxima legislatura de que a votação fosse por eles realizada. Ainda, salienta terem sido encaminhados novos documentos, não havendo tempo hábil para que fossem analisados devidamente. A proposta não é acatada pelo relator, porém, é secundada por outros conselheiros. Em discussão, alguns conselheiros argumentam que o assunto já foi extensamente debatido. Outros consideram não ser possível uma votação nesta data, uma vez que há outros documentos a serem analisados. Não havendo consenso, a proposta de retirada de pauta é encaminhada para votação e não aprovada com 12 votos favoráveis, 15 votos pela permanência e 2 abstenções. Em discussão são realizados diversos questionamentos e expõem-se opiniões contrárias e favoráveis à proposta. Realiza-se a leitura de trecho da carta do Coletivo e Consumo Rural Urbano – Solidariedade Orgânica (CCRU-SOLO) em apoio ao projeto [cuja íntegra encontra-se no anexo V desta ata]. Ainda, levanta-se Questão de Ordem para que se permita a leitura da carta encaminhada pelo professor Luiz Bevilacqua. Em votação, o Conselho decide pela leitura da carta, [cuja íntegra encontra-se no anexo VI desta ata], com 18 votos favoráveis, 6 contrários e 4 abstenções. Em meio às discussões, levantam-se duas outras Questões de Ordem: a) para que a Mesa encaminhe o fim

das discussões, uma vez que diversas falas são muito semelhantes em seu teor. Professor Klaus informa que o debate ainda está produtivo e que há diversos conselheiros inscritos que ainda não se manifestaram. Desse modo, continuam abertas as inscrições e b) para que a Mesa priorize aqueles conselheiros que ainda não se manifestaram, uma vez que há aqueles que já tiveram diversas oportunidades de fala. Professor Klaus informa que enquanto houver demandas por novas primeiras inscrições, elas permanecerão abertas. Acrescenta não haver limite de inscrições por conselheiro. Ainda, é realizada a leitura de trecho de um documento com perguntas e respostas acerca do projeto que trata da questão de o curso ser uma graduação ou uma ação extensionista, [cuja íntegra encontra-se no Anexo VII desta Ata]. Por fim, são realizadas as seguintes propostas de alteração: a) que o processo seletivo para ingresso no BRI/Pronera seja aberto a todos aqueles mencionados no item 2.8 do Manual do Pronera, retirando-se a indicação dos movimentos sociais. É mencionado que a indicação dos movimentos sociais não é requisito para participação no processo seletivo, mas um mecanismo para garantir maior divulgação e, consequentemente, mais acesso das pessoas ao Pronera e se lê o trecho que trata desse assunto no documento: "O curso será ofertado para cinquenta estudantes que possuem certificado de conclusão do Ensino Médio, oriundos dos assentamentos da Reforma Agrária do Incra de todos estados da federação. Esse público será submetido a um processo seletivo específico conforme as normas e regras de um edital da UFABC a ser publicado pela ProGrad em conjunto com a ProEC. Este edital deverá ser aprovado pelo ConsEPE, respeitando os artigos 48 e 49 do Regimento da UFABC"; b) que se retire a menção, no item 1.5, à Biblioteca Setorial. Acatado e c) que os alunos do BRI/Pronera sejam definidos como "alunos regulares de um programa especial" da UFABC. Acatado. Findos os questionamentos e acatadas todas as propostas de alteração, incluindo aquelas que modificam o anexo da Resolução ConsEPE nº 217, tendo em vista o entendimento de que o ConsUni é o órgão máximo da UFABC, professor Klaus encaminha a proposta de oferta do curso de BRI/Pronera para votação. Em votação, a proposta, com alterações, é aprovada com 18 votos favoráveis e 12 contrários. Finda a votação, o presidente encerra a reunião às 18h32. ----------

Aos 21 dias do mês de fevereiro do ano de 2017, no horário das 14h, na sala dos Conselhos, Torre 1 - 1º andar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Av. dos Estados, 5001, Bloco A, Torre I, 1º andar, Santa Terezinha, Santo André, realiza-se a continuação da IV sessão ordinária do Conselho Universitário (ConsUni) da UFABC de 2016, previamente convocada pelo magnífico reitor, professor Klaus Capelle, e presidida pelo vice-reitor, professor Dácio Roberto Matheus, com a presença dos seguintes **conselheiros**: Adalberto Mantovani Martiniano de Azevedo, pró-reitor adjunto de extensão e cultura; Alexandre Hiroaki Kihara, pró-reitor de pós-graduação; André Eterovic, representante docente do CCNH; André Guilherme Ribeiro Balan, representante docente do CMCC; Annibal Hetem Junior, diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Edson Pinheiro Pimentel, diretor do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Everaldo Carlos Venâncio, representante docente do CECS; Francisco de Assis Comarú, representante suplente docente do CECS; Gilberto Maringoni de Oliveira, representante docente do CECS; Igor Leite Freire, pró-reitor adjunto de pesquisa; José Carlos Dugo, pró-reitor adjunto de administração; José Carlos Rodrigues Silva, representante docente do CCNH; Júlio Francisco Blumetti Facó, pró-reitor de administração; Marcella Pecora Milazzotto, representante suplente docente do CCNH; Maria Isabel Mesquita Vendramini Delcolli, representante dos técnicos administrativos; Nunzio Marco Torrisi, representante docente do CMCC; Paula Ayako Tiba, pró-reitora de graduação; Paula

Rondinelli, representante suplente dos técnicos administrativos; Ricardo de Sousa Moretti, representante suplente docente do CECS; Ronei Miotto, diretor do CCNH Ronny Maciel de Mattos, representante dos técnicos administrativos; Silvio Wenceslau Alves da Silva, pró-reitor adjunto de assuntos comunitários e políticas afirmativas; Tatyane Estrela, representante discente de graduação; Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior, pró-reitor de planejamento e desenvolvimento institucional; Vladimir Perchine, representante docente do CMCC; e Wagner Alves Carvalho, representante suplente docente do CCNH. **Ausências justificadas**: Mauro Coelho dos Santos, representante docente do CCNH e Evonir Albrecht, representante docente do CMCC. **Ausentes:** Ana Lúcia Sanches, representante da comunidade civil; Eduardo Peres Novais de Sá, representante docente do CCNH; Igor Fuser, representante docente do CECS; João Manoel Losada Moreira, representante docente do CECS; Lucas Becker, representante discente de graduação; Luiz Carlos da Silva Rozante, representante docente do CMCC; Márcio Fabiano da Silva, representante docente do CMCC; Maria Elisa Ravagnani Gonçalves Ramos, representante da comunidade civil; Marta Oliveira Rodrigues representante dos técnicos administrativos; Matheus Cassina Ribeiro; representante discente de graduação; Paulo Roberto Elias de Souza, representante discente de pós-graduação; Roberto Asano Junior, representante discente de pós-graduação e Vladimir Daniel Ojeda da Silva, representante discente de graduação. **Não votantes**: Fernando Carlos Giacomelli, representante da área demandante e Soraya Cordeiro; secretária-geral. **Apoio Administrativo**: Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos, Thiene Pelosi Cassiavillani, secretária executiva e Daniely Dias Campos e Natália Paranhos, assistentes em administração da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o presidente, após cumprimentar os presentes, abre a sessão às 14h23, justificando a ausência de professor Klaus Capelle, que se encontra em Brasília para uma reunião da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). No ensejo, convida professor Ricardo Moretti para compor a Mesa. **Ordem do dia.** Edital para abertura de novos cursos de graduação na área de Ciência e Tecnologia da Vida. O relator, professor Francisco Comarú, realiza a leitura de seu Parecer [cuja íntegra encontra-se no Anexo VIII desta Ata]. Ao final, afirma ser favorável à aprovação do documento, consideradas as sugestões de alteração. O representante da área demandante, professor Fernando Giacomelli, informa que o assunto entrou na pauta da II sessão ordinária do ConsUni de 2016 e foi discutido, no Expediente, na continuação da III sessão ordinária do ConsUni de 2016, realizada em 25 de outubro daquele ano. Agradece o relator e acata todas as sugestões de alteração. Em discussão, a conselheira Maria Isabel informa ter participado da Comissão Julgadora das propostas do Edital para a abertura de novos cursos de licenciaturas, momento em que a Comissão sentiu-se desamparada ao realizar o seu parecer, uma vez que não havia qualquer tabela estabelecendo os parâmetros para pontuação. Ainda, agradece a secretária-geral, Soraya, que disponibilizou uma servidora para secretariar a Comissão. Quanto à proposta em discussão, menciona considerar que a Comissão Julgadora, cuja composição consta no item 5.1, possui muitos membros, o que poderia prejudicar o andamento dos trabalhos. Em seguida, são realizadas as seguintes propostas de alteração: i) inclusão, na composição da Comissão Julgadora, de 1 (um) discente de graduação e de 1 (um) discente de pós-graduação. Acatado; ii) alteração da redação do item 5.2, de modo que passe a versar: "A Comissão Julgadora será nomeada pelo Reitor, que também indicará o presidente e servidor que não seja membro da Comissão para prestar suporte administrativo". Acatado; iii) alteração da redação da letra "i", do item 5.1, de modo que estabeleça que os indicados pelo ConsUni sejam 1 (um) discente de graduação, 1 (um) discente de pós-graduação e

um técnico-administrativo. Acatado; iv) alteração da redação da letra “i”, do item 5.1, de modo que os indicados pelo ConsUni não sejam, necessariamente, membros do Conselho. Acatado e iv) supressão da letra “g”, do item 5.1, que versa “um docente do ConsEPE, que tenha afinidade com a área de proposição do presente Edital, indicado pela Reitoria”, uma vez que já há 4 (quatro) membros docentes indicados pelas Pró-Reitorias Acadêmicas. Secundada, a proposta é encaminhada para votação e não aprovada com 7 votos favoráveis, 12 contrários e 6 abstenções. Não havendo mais manifestações, o documento é encaminhado para votação e aprovado por unanimidade. Nesse momento, professor Ronei Miotto questiona se não há assuntos no Expediente que possam ser discutidos no tempo restante de reunião. Professor Dácio explica que dos quatro pontos de pauta no Expediente, três são muito complexos para discussão e votação nessa data. Ainda, afirma ter sido informado aos conselheiros que apenas a Ordem do Dia seria discutida, o que pode ter resultado na ausência de muitos. Desse modo, a Mesa opta por encerrar a sessão. Professor Comarú informa estar acontecendo, nesse momento, a plenária da Associação dos Docentes da UFABC (ADUFABC) e convida os conselheiros a comparecer. Professor Dácio passa a palavra para Soraya, que informa que, após encerrada a reunião deste Conselho em 7 de fevereiro de 2017, os seguintes conselheiros a procuraram para declarar seus votos contrários à proposta de oferta do curso de Bacharelado em Relações Internacionais (BRI) para o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera): Alexandre Kihara, Arnaldo Rodrigues dos Santos Júnior, Eduardo Peres Novais de Sá, Herculano da Silva Martinho, José Carlos Dugo, José Carlos Rodrigues Silva, Marcela Sorelli Carneiro Ramos, Mauro Coelho dos Santos, Nunzio Marco Torrisi, Ronei Miotto e Vladimir Perchine. Professor Dácio agradece os membros do Conselho que contribuíram para os trabalhos do ConsUni nos últimos dois anos e, como nenhum dos participantes deseja fazer uso da palavra, o presidente em exercício agradece a presença de todos, e encerra a sessão às 15h03. Do que para constar, nós, Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos; Thiene Pelosi Cassiavillani, secretária executiva e Daniely Dias Campos e Natália Paranhos, assistentes em administração da Divisão de Conselhos, em conjunto com a secretária-geral, Soraya Cordeiro, lavramos e assinamos a presente Ata aprovada pelo presidente, Klaus Capelle e pelos demais presentes à sessão.

Fabiane de Oliveira Alves
Chefe da Divisão de Conselhos

Daniely Dias Campos
Assistente em Administração

Natália Paranhos
Assistente em Administração

Thiene Pelosi Cassiavillani
Secretária Executiva

Soraya Cordeiro
Secretaria-Geral

ANEXO I

Vivemos na UFABC um período de cortes contínuos, com o agravamento no último período. Já com o orçamento apertado desde 2014, vimos ocorrer uma quantidade de ajustes que iniciou a redução da assistência estudantil, da qualidade de ensino e o convívio de todo ambiente universitário. Observados os congelamentos, reduções no número de bolsas e, neste ano, diminuição de corpo terceirizado, se viu necessária uma atitude mais incisiva da comunidade discente.

Dentro de tal cenário, nesta quinta-feira, dia 24 de novembro, em Assembleia, foi aprovada a ocupação da Reitoria e tal ocorreu logo na sequência, seguimos então, em regime oficial de ocupação.

Pois, além dos motivos acima expostos, durante os últimos tempos, diversos ataques vêm sendo feitos à Educação e, em particular, à Pública, já precarizada em todo cenário nacional, desestruturando ainda mais a educação e barrando o acesso ao ensino superior gratuito e de qualidade das camadas historicamente excluídas. O projeto educacional do Governo tem um propósito claro de sucateamento e privatização das universidades públicas, diminuindo os investimentos em pesquisa e extensão e priorizando uma Universidade sem senso crítico, voltada apenas aos interesses do mercado.

Tendo a PEC 241, aprovada em dois turnos na Câmara dos Deputados, e agora PEC 55 no Senado como carro chefe do ajuste fiscal promovido pelo governo Temer, os investimentos na área da educação serão congelados por 20 anos, e consequentemente, nos levará ao sucateamento do ensino público, outrora de qualidade, como projeto político.

Na UFABC o movimento estudantil vem tentando, mesmo em cenários não tão precários, construir uma interação há algum tempo. O diálogo com a instituição avançou pouco e ainda é muito débil e poucos compromissos foram firmados para com os estudantes, e mesmo com o que se comprometeram, não cumpriram.

Além das pautas nacionais que devem estar na ordem do dia da luta dos estudantes, como a luta contra a PEC 55, a reforma do ensino médio, pela revogação de todos os cortes na educação, e pelos 10% do PIB para educação pública já, não podemos esquecer das mobilizações que devemos construir dentro da UFABC, à exemplo de: o orçamento participativo, ferramenta importante na democratização dos cortes e transparência dos gastos da universidade; a paridade nos conselhos da universidade, garantindo a democracia dentro de suas instâncias burocráticas; a luta pela não demissão de mais funcionários terceirizados, já que tal é a categoria mais fragilizada e além de estar sentindo o corte em sua carne, tem seu direito de organização reprimido.

Assim as pautas imediatas defendidas pela ocupação em nível local são:

- início do diálogo pela moradia estudantil;
- garantia formal e legal de que não haverá mais cortes à assistência estudantil;
- reintegração dos funcionários terceirizados punidos por construir uma paralisação legítima;
- exigir explicações formais sobre o fechamento da Escola Preparatória de Mauá;
- paridade nas eleições da reitoria entre as categorias, com 33,3% no peso do voto de cada.

Como panorama geral, também assumimos responsabilidade em nos unir com o movimento de todas as outras universidades já engajadas em forma de protesto contra a PEC 55.

Nos manteremos em regime de ocupação até que as exigências acima sejam devidamente satisfeitas. Reforçamos a necessidade de diálogo aberto com a reitoria e nosso intuito de facilitar, a partir das ocupações, suas negociações com o MEC.

Defendemos o direito de organização do povo e seu direito de fazer greve, porém avaliamos que a greve neste momento não é a ferramenta de luta que devemos utilizar, sendo assim, a ocupação não aprovou paralisação.

ANEXO II

Uma das pautas a serem discutidas, segundo o manifesto estudantil é a paridade nos Conselhos dessa Universidade. Essa pauta deverá ser discutida por ser um dos principais veículos de democratização do ambiente acadêmico universitário e de articulação política para a maior participação das categorias da Universidade.

A paridade nos Conselhos da UFABC permitirá que o voto dos alunos, TA e professores tenham o mesmo peso de deliberação na Universidade. Essa iniciativa permitirá que as decisões da eleição do novo reitor, por exemplo, possam ser mais justas e democráticas dentro da Universidade, seguindo a lógica de que já estamos, enquanto sociedade civil, pertencentes a uma democracia, acostumados, ou deveríamos estar.

Entrei na Universidade Federal do ABC porque acredito no Plano Pedagógico desta. Acredito que a melhoria virá através da participação direta dos nossos estudantes em todas as ditas áreas do saber. Acredito na inclusão, na interdisciplinaridade, na aproximação das diversas faces da Universidade com a sociedade. Acredito que todos podem se desenvolver, demonstrando tudo aquilo que enxergam, fazem com que enxergamos e também possamos juntos construir um mundo melhor.

Se você, ouvinte, interpreta esse discurso como um sonhador, peço que pare e entenda. Essa é uma Universidade de todos, não só sua. Se considera esse o discurso de um sonhador, considere-o de um sonhador que busca alcançar seus sonhos, e essa é a interpretação de um sonhador que atinge os seus sonhos. Venceremos nossas barreiras para conseguir alcançar nossos sonhos, não simplesmente ignorá-los.

Na busca por um mundo melhor, devemos nos munir de nossos objetivos, fortificá-los, mirar o mais alto possível. Devemos entender o papel das nossas participações de construção de uma sociedade melhor. Nossas intervenções devem ser colaborativas com os nossos colegas e não nos tornemos aquilo que desprendemos do que consideramos bom. Devemos entender o nosso poder. Para isso, precisamos quebrar a ordem existente e construir uma nova. Devemos vencer os preconceitos, sejam eles quais forem. Devemos diversificá-los, mais uma vez, potencializá-los. Devemos ser aquilo que queremos ser e enfrentar quem devemos enfrentar: todos aqueles que se opõem ao avanço. Repito. Devemos quebrar a ordem retrógrada, velha. Devemos quebrar a ordem existente.

Temos o novo, revigorar nossas vias de acesso ao conhecimento e reestabelecer a conexão já há muito tempo perdida entre o que viveu-se e o que vive agora e o que está por vir. Temos um compromisso com o novo e não podemos abandoná-lo. Abandonar o novo é abandonar os nossos e se fizermos isso, que tipo de pessoas seremos?

Hoje, enfrentamos diversos desafios, dentro e fora da Universidade, desafios os quais, mesmo se quiséssemos, não conseguiríamos entender completamente ou ajustar nossas Resoluções a eles.

Enfrentamos a LGBTfobia, machismo, discurso de ódio, repressão, silenciamento, distanciamento de homens e mulheres e de todas as pautas dos direitos humanos como um todo. Enfrentamos diversos problemas da ordem prática e social, mas não trato nesse texto de nenhuma dessas problemáticas, não trouxe a esse diálogo nenhum de nossos temores sociais que talvez, alguns aqui presentes possam reproduzir seus nichos seguros de conflito em suas zonas de conforto.

Hoje, especificamente, hoje, no agora, trato de um problema de ordem prática, um problema que vai ao encontro de nossas práticas de reconstrução social. Um problema que limita e desgasta as nossas ações. Um problema que apresenta, dentro de um núcleo de saber da Universidade, deveria ser um problema que vai contra tudo o que todos nós, aqui dentro da Universidade, eu acredito, prezando pela interdisciplinaridade e a participação de todos e integração social com um todo, participação social como um todo.

Hoje venho tentar de defender a igualdade. Hoje vim aqui para defender o que todos nós desejamos: um futuro melhor para os nossos filhos e aqueles que queremos bem. Defender o direito de todos, a voz de todos, a potencia de todas as vozes, a igualdade dos indivíduos, sem meios discursivos, sem distorções, sem interpretatividades que diplomas e/ou títulos possam apresentar. Defendo, nessa fala, um ponto chave de verdadeira emancipação e liberdade dessa Universidade. Repito. Defendo a igualdade. Somos todos iguais perante a lei, no entanto, diante de estruturas de nossa Universidade, não somos. Nosso Conselho, em que tantos outros dessa e de outras instituições encontramos um relutância em igualdade de direitos dos quais participamos, ou deveríamos participar. Diferenciamos através da definição de categorias, como discentes, docentes, técnicos administrativos, terceirizados etc. A potencia de suas vozes, definimos que vale mais e quem vale menos, parecendo nos orgulhar disso, como se pudesse existir alguém que deva falar mais ou menos, por quaisquer que sejam os valores. Vamos de encontro a nossas crenças pré-estabelecidas, dizemos “x”, mas nos comportamos como “y”. Dizemos ser justos, quando, na verdade, deixamos escorregar de nossos dedos atributos da justiça.

Ao que parece, dizemos ser muito quando, na verdade, somos bem pouco. O que nos diferencia uns dos outros? O que nos torna tão importantes diante de cada um dos presentes? Seria nossa história de luta? Seriam nossos sonhos e objetivos? Seriam os dígitos em nossas contas bancárias? A origem de nosso nome? A cor de nossa pele? As diretrizes das quais acreditamos? A paridade que deixamos de lado? O que nos torna melhores? Algo que nos torna melhor? Não estamos esquecendo de considerar alguns pontos?

Venho aqui defender um ponto chave para que possamos avançar no nosso discurso juntos. Venho aqui anunciar que atingiremos a paridade e enfrentar quem e o que for que tivermos de enfrentar para avançar nos nossos objetivos. Venho aqui para indagar a necessidade da igualdade das decisões da Universidade. Todos merecemos representação. Todos merecemos ter direito a voz. Todos merecemos ser escutados e considerados, merecemos legitimidade, merecemos paridade neste e em outros conselhos e vocês, mais do que tudo, merecem ouvir a verdade, que não são, não somos e não seremos melhores um dos outros, apenas diferentes.

ANEXO III

Gostaria aqui de trazer aqui o meu repúdio sobre situações recentes envolvendo uso de emails institucionais, apesar deste assunto não ter entrado na ordem do dia da reunião de hoje deste Conselho.

1.1 A primeira delas foi o envio de um questionário por meio de um email externo para o email institucional dos discentes da UFABC por um movimento apócrifo que visava deslegitimar o movimento estudantil e qualquer luta política nesta universidade como se existisse discurso e movimento que não fosse político.

Mas o ponto principal não é este, mas sim o da nota da nossa Reitoria que depois do fato citado e, após reunir-se com o tal movimento apócrifo emite uma nota de que o tal movimento nada havia feito de errado!

Bem, como podem perceber, no mínimo, nossa Reitoria desconhece a Resolução nº 12, aprovada neste Conselho, pois a mesa diz o seguinte:

- Art. 11, inciso IV, dispõe sobre a proibição de fazer uso de falha de configurações dos sistemas computacionais da UFABC;

- Art. 28, inciso I, “o administrador deve configurar o servidor de listas para que o usuário não possa executar determinados comandos (por exemplo, “who” para listar todos os usuários que façam parte de lista)”.

Enfim, eu como representante aqui de uma entidade estudantil, neste caso o DCE que é a entidade de representação máxima dos estudantes da UFABC, é reconhecida por Resolução deste Conselho também se sentiu completamente ofendida e desmoralizada, pois, na ocasião, as transgressões cometidas tiveram o endosso desta Reitoria e não tenho como calar-me diante de tal fato! Portanto, no mínimo, o que nos devem e devem a todas as entidades estudantis aqui da Universidade é uma nota de desculpas pelos mesmos canais da nota anterior para obter o mesmo alcance desta que nos atingiu.

1.2 A segunda situação foi a criação de um e-mail institucional para um outro movimento apócrifo, este porém, formado por docentes. Tal movimento foi privilegiado com a criação de um email institucional. Por sinal, esta é uma situação que grita aos nossos ouvidos pela semelhança do que já ocorrera no passado e pelas severas punições que aqueles que naquele momento que o utilizaram sofreram. Será que, naquele momento, convinha punir as pessoas que este Conselho puniu porque elas eram minoria e sua hierarquia na cadeia alimentar era e é mais frágil comparativamente? Lembro-me até que este Conselho vergonhosamente furtou-se de retirar tais punições. E agora vos pergunto, colegas conselheiros: como tratarão este novo caso de criação de email que, na situação recente fora para um movimento apócrifo e na anterior fora para uma entidade de classe reconhecida por lei?

No mínimo, os senhores deveriam se envergonhar e, desde já pensar em como reparar os danos daqueles punidos outrora para que tenhamos isonomia de tratamento nesta Universidade, princípio que está em nossa Constituição Federal e, ninguém, mas absolutamente ninguém está acima dela!

2. Agora trago a pergunta que não quer calar!

O último movimento apócrifo do qual falei colocou-se, por meio da fala de um doutor nas redes sociais, que pretendia se transformar em um projeto de extensão em cerca de uns dois anos. No entanto, na atualidade, já faz até uso do logo da PROEC. Esta, por sua vez, até já esclareceu que tal movimento não é um projeto de extensão, porém, um momento nenhum solicitou a dissociação do logo a esse. Pergunto: e se se tratasse de um discente cometendo tal ação, a atitude seria a mesma? Mais uma vez, gostaria de trazer à reflexão deste Conselho, se realmente existe isonomia de tratamento, comparativamente falando, daqueles que compõem a cadeira alimentar da UFABC em toda sua extensão hierárquica?

3. Pronera

Agora gostaria de trazer ao debate neste Conselho um outro assunto de grande relevância: trata-se de mais uma política pública que a UFABC quer implantar aqui! Absurdo isso! A gente vai enchendo, enchendo e enchendo esta Universidade de tantas políticas públicas que já está ficando insuportável ficar nela!

Se eu como discordante destas não poderia acabar com as mesmas na época da construção e implantação da Universidade, pois seria tido como absurdo falar disso, mas mesmo assim falei e consegui mecanismos para excluir aqueles que sempre estiveram alheios a um ensino público e de qualidade, o que dirá agora, 10 anos depois! Hoje o cenário político e econômico do país e do mundo é muito diferente: o conservadorismo cresce; ser neutro apartidário e apolítico está em voga, as políticas públicas e as minorias estão fora de moda – como se isso fosse possível, a ciência, como no retorno de um ciclo, volta a ser cultuada – como religião para alguns, inclusive. Por todo esse cenário, hoje posso expressar minhas convicções sem medo de dizer que gostaria de levar a tecnologia ao campo, sendo que eu não a fiz em 10 anos de UFABC.

Posso também dizer dissimuladamente que prezo, amo e morro pelo projeto pedagógico desta Universidade, sendo que eu sou o primeiro ou a primeira a assassiná-lo quando dói uma nota para um aluno em vez de conceito, quando o reprovo por 0,1 em vez de avaliá-lo pelo que consta no projeto pedagógico, quando quero transformar esta Universidade num modelo tradicional piorado, quando quero uma cadeira cativa de disciplina para mim, quando insiro uma disciplina sem conexão com outras e que converse apenas com a minha pesquisa, quando não dou a liberdade que o aluno deveria realmente ter na Universidade, o tratando como criança e o punindo por não dar uma resposta na prova conforme aquela informação que não estava no livro e passei apenas em sala de aula!

Porém, tudo isso não vem ao caso quando quero barrar uma política pública e uso a falácia da defesa do projeto pedagógico da Universidade para tal, não é mesmo?

Lembrando aqui que tal política pública à qual estou me referindo constantemente hoje é um curso superior voltado para assentados chamado PRONERA. Talvez, até mesmo por atingir este público-alvo, aparecem tantos argumentos em mim contrários ao curso que já existe há 17 anos em tantas Universidades!

Bem, agora paro de falar hipoteticamente sobre este personagem que existe, de fato, aos menos um pouquinho em muitos doutores que aqui labutam para dirigir-lhes a minha indignação:

Me surpreendo com o grau de hipocrisia que encontro nesta Universidade, mas é lógico que é reflexo do que encontramos no mundo real!

Pergunto-lhes: por qual motivo a UFABC não poderia ministrar o curso do PRONERA? O problema está mesmo na defesa do tão amado projeto pedagógico defendido convenientemente? Está em preconceitos? Está na esfera da disputa de poder ou está relacionada à Resolução nº 39, que trata da progressão docente e este Conselho uma vez inspirou um certo ex-presidente da Câmara dos Deputados voltando a discutir esta dita cuja numa certa ocasião?

Bem, eu de verdade não entendo certos discursos em nosso país! Há um ditado por aí que fala sobre uma outra política pública implantada por um certo presidente que não foi o mesmo a implantar o PRONERA! O ditado dessa última política pública é o seguinte: o governo não tem que dar o peixe, mas ensinar a pescar!

Tenho certeza que todos aqui nunca pensaram isso, pois são pessoas esclarecidas obviamente! Mas já que existe tanto receito de outros doutores, portanto, hão de convir comigo que o PRONERA é uma forma de ensinar a pescar e não dar o peixe, não é? Sendo assim, não há motivos para não o aprovarmos!

4. Ocupação

Por último, e não menos importante, gostaria de falar sobre a Ocupação da Reitoria! Aqui mesmo neste andar.

Antes, não posso deixar de mencionar que não sou delinquente! O mesmo movimento apócrifo docente teve um de seus membros que sugeriu fazer parte do know-how de todos nós ocupantes, a delinquência.

Venho aqui pedir respeito! Sou mãe de duas filhas, casada há 16 anos, ingressante da primeira turma de 2006, época em que eu estava de licença maternidade da minha segunda filha!

Eu sim posso dizer que estou aqui por causa do projeto pedagógico e que é uma dor terrível vê-lo destruído todos os dias pelos doutores!

Participava desde aquele momento do primeiro DCE da Universidade e já lutava por direitos que até hoje não foram conquistados!

Fiz pesquisa também durante alguns meses no ICB da USP.

Porém, fui jubilada em 2008 por não poder comparecer a uma reunião para explicar por que meu CR estava abaixo de 2 naquela época. Era uma reunião às 15h e eu não fui liberada do meu trabalho, tendo ainda fui chamada de mentirosa por uma funcionária da Universidade, na época, pois eu trabalhava em uma empresa com a qual a UFABC já tinha tido vínculo para estágio. Isso sem contar em detalhes os horrores e preconceitos que ouvi de doutores aqui naquela época!

Enfim, reingressei na Universidade em 2010, pois não gosto de deixar nada por terminar! Desde então, já fiz 3 IC, participo do CPIC, já fui conselheira uma vez aqui no mesmo ConsUni, sou do DCE e, atualmente, continuo lutando por algumas daquelas mesmas pautas que já lutava no passado e ainda sou mãe, esposa e dona de casa. Isso demonstra algum vestígio de delinquência?

Ou se luta por defender esta Universidade tal como foi proposta, os estudantes, a manutenção das políticas afirmativas, a inclusão de novas políticas públicas, o ensino público gratuito de qualidade, a docência com razoabilidade e o devido tratamento que os discentes merecem, a defesa dos terceirizados, a paridade nos Conselhos, a luta contra a PEC 55 e a moradia estudantil, se tudo isso significa vestígios de delinquência, me declaro culpada, pois prefiro ter este grau de delinquência e não dobrar-me a nada em vez de esmorecer os meus semelhantes e os que estão ao meu lado!

ANEXO IV

Eu gostaria de defender na minha fala a ideia de que o momento hoje deve ser da união dentro dessa Universidade. Somos uma Instituição que representa não só o futuro que queremos para esse país, com inclusão social, excelência e desenvolvimento, mas que representa também a história de luta das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros.

Sou trabalhador metalúrgico, morador de São Bernardo do Campo, e sei o que representa para nós a existência da UFABC: representa um projeto, uma ideia de país mais justo, igualitário e soberano, que conquiste uma educação democrática, pública, gratuita e de qualidade para todos.

Em momento de fortes ataques às classes trabalhadoras, aos estudantes, aos jovens e ao povo brasileiro de forma geral, nossa Universidade é extremamente representativa. Para o atual governo federal, atacá-la representa atacar a inclusão, pela qual tanto temos lutado ao longo de nossa história, em prol de interesses privados das elites desse país.

Já para nossa comunidade acadêmica e também para a comunidade externa, defender essa Universidade, seu pleno funcionamento, seus pilares de inclusão e excelência, significam resistir contra a precarização das condições de vida do povo brasileiro. O governo federal vem trabalhando de forma acelerada para atacar diversos direitos do nosso povo de forma extremamente antidemocrática.

Além do processo que levou o atual presidente do país ao posto que ele ocupa hoje, processo hoje que constitui um golpe parlamentar, a falta de democracia reside na não aprovação pela população das reformas hoje colocadas no país. As reformas que o governo tenta aprovar no sistema previdenciário, da legislação trabalhista, da estrutura de nossa educação e principalmente do nosso regime fiscal não passaram pelas urnas, não foram aprovadas democraticamente pelo povo. Mais que eleger candidatos, em uma eleição se elegem planos de governo e o atual plano de governo imposto não foi eleito.

Essas reformas antidemocráticas e que atacam os direitos mais básicos da população brasileira são, infelizmente, defendidos por grupos dentro dessa Universidade. De forma consciente ou não, e espero que não seja consciente, esses grupos defendem a precarização dessa Universidade.

Quando dizemos que as portas da UFABC irão se fechar em agosto, dizem que estamos errados. E, realmente, nós estamos. As portas da UFABC já começaram a se fechar para muitos que dela necessitam, ainda nesse ano, quando quase metade das bolsas de permanência estudantil foi cortada e os trabalhadores terceirizados começaram a ser demitidos.

O caminho que os grupos que não se opõem às medidas do governo defendem, como a PEC 55, é o caminho da exclusão, da manutenção de um ambiente universitário elitista, que não dialoga com o povo e que não dá oportunidade àqueles que dela mais necessitam.

O movimento estudantil dessa Universidade, enxerga esse difícil momento pelo qual passamos aqui dentro, tanto quanto passamos em âmbito nacional e está aqui para garantir que essa Universidade se pinte, cada vez mais, de povo. Nossa ocupação, as bandeiras de luta que ela levanta nacionalmente e as reinvidicações que faz à Reitoria vão nesse sentido e esperamos ser atendidos, porque a nossa luta é para manter e avançar naquilo que entendemos que devem ser os pilares da Universidade que se diz do século XXI, a democracia, a inclusão e a excelência.

Felizmente, nossa comunidade acadêmica conseguiu barrar nas eleições para os Conselhos, grande parte das chapas, cujos membros defendem o caminho que leva à precarização e à consequente privatização dessa Universidade. Teremos no ConsUni e no ConsEPE de 2017, uma maioria de conselheiros que se colocam contra as medidas autoritárias do governo, que se colocam contra a exclusão dos mais pobres e das minorias dentro do ambiente universitário. No entanto, apenas com unidade será possível transformar essa Universidade em um polo de resistência contra todos os ataques à educação. Em um polo de resistência que esteja ao lado do trabalhador e das massas populares, esteja ao lado da democracia. Portanto, deixo aqui o meu pedido: Tratem o movimento estudantil com a devida importância. Valorizem a nossa luta, materializada hoje na ocupação da Reitoria, mas que durante o ano já levantou outras tantas bandeiras e que, para o ano que vem, se promete ainda mais forte e somem-se a nós na defesa de nossos direitos.

ANEXO V

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária foi implementado em 1998 num contexto de ampliação da pobreza em áreas rurais e da desigualdade em relação às urbanas no que tange a medidas de proteção social, em especial para mulheres, jovens, indígenas e negros. O programa tem por objetivo principal o desenvolvimento das áreas rurais pela democratização do conhecimento de maneira adaptada e em respeito à realidade agrária. Embora seja fundamental para tanto que por meio do Programa se oferte educação nas áreas tocantes à produção de alimentos e ao manejo de sistemas naturais, o reconhecimento do profundo envolvimento destas parcelas da população e dos territórios em que se encontram com amplas dinâmicas nacionais, regionais e internacionais exige que se amplie a carta destas formações.

É necessário que se reconheça que oferecer ensino somente em Ciências Biológicas, Agronomia, Zootecnia, Química, ou áreas afins, é uma forma de limitar o conhecimento nas áreas rurais, não de permitir a libertação da sua população. Como parte da academia moderna, Universidade Federal do ABC tem buscado sempre a neutralidade axiológica, evitando alinhamentos ideológicos, pois estes não fazem ciência. Nós do coletivo CCRU-Solo acreditamos que, a comunidade interna à Universidade deve, antes de juízos normativos automáticos, se unir com o propósito de educar. Devemos levar conhecimento à população brasileira sem que se lhe faça distinções de nenhuma natureza. Muito menos, que se faça questionamentos quanto à necessidade deste conhecimento baseados, por sua vez, na incompreensão da ciência em questão ou das motivações intrínsecas que levam estes grupos a buscá-la.

Principalmente, acreditamos que a universidade tem o papel de romper com estruturas restritivas da população. Que, tendo o poder de transformar a realidade de parcelas historicamente prejudicadas pelo modelo econômico vigente, é este o nosso propósito nesta sociedade. Por isso, apoiamos o projeto de ensino das Relações Internacionais pelo BRI na Universidade Federal do ABC por via do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

Coletivo de Consumo Rural Urbano – Solidariedade Orgânica

ANEXO VI

CARTA AO CONSUNI A PROPÓSITO DO PROJETO PRONERA-BRI

A todos aqueles que acreditam no projeto da UFABC um apelo pela união e superação de pequenas diferenças em favor da preservação da identidade dessa Universidade.

Luiz Bevilacqua

A UFABC será no mínimo objeto de estudo da evolução da educação superior no Brasil. Na minha previsão a trajetória atual desta Universidade corre o risco de mergulhar no lugar comum de uma fábrica de diplomas depois de ter alcançado o patamar de verdadeira universidade. Os acontecimentos dos últimos seis meses na UFABC vêm se superpondo e estão abrindo uma brecha na identidade da universidade. Em nome do comitê que elaborou o projeto sinto-me na obrigação de me manifestar. O nosso trabalho não foi em vão e se querem destruí-lo coloquem seus nomes na página da universidade como estão os nomes dos que elaboraram o projeto.

O projeto PRONERA-BRI está na contramão da proposta da UFABC.

1. Em primeiro lugar não faz parte do projeto da UFABC um Bacharelado em Tema Específico que obrigue todos os estudantes a "optarem" pelo mesmo conjunto de disciplinas. Não tem sentido. Portanto a proposta peca já pela origem que de fato denuncia um desvio do projeto pedagógico da UFABC em vários pontos. Essa observação é tão evidente que o relatório na realidade é dúbio conforme consta do parecer do CONSEPE:

O item transitou por três instâncias antecedentes sendo sido objeto de discussões e questionamentos o que resultou em versões revisadas da proposta e um apêndice com perguntas e respostas. Quando da discussão na Comissão de Graduação os demandantes foram orientados e concordaram que, dada originalidade do tema na UFABC, ou seja, oferta de um curso com PPC vigente, mas em um "formato" diferente e com ingresso e público específico o mesmo deveria ser apreciado no Consepe e também no Consuni.

(Pag 1)

Caso a interpretação seja a de que é um "novo PPC", então seria o caso de um curso ter dois PPCs. Mas de acordo com o descrito na seção 2 desse relatório, não será necessário (e nem possível?) fazer modificações no âmbito da regulação SERES/MEC), etc.

(Pag 3)

2. PPC vigente admite que cada estudante escolha seu próprio caminho e a proposta viola frontalmente esse principio:

A escolha das disciplinas livres e de Opção Limitada não será individual mas coletiva. (O PRONERA e o BRI na UFABC)

obrigando estudantes a formarem blocos compactos para cursarem uma única matriz curricular. Não é questão de formato é questão de essência. É voltar ao tempo das prisões curriculares.

3. O processo de seleção fere a liberdade do cidadão garantida na constituição. Qual a justificativa que confere às "organizações sociais e sindicais do campo" o direito de indicar os candidatos conforme consta do parecer do relator do CONSEPE.

Os educandos serão selecionados, por princípio, entre assentados em áreas do Plano Nacional de Reforma Agrária. Devem, preferencialmente, ser indicados pelas organizações sociais e sindicais do campo, entre pessoas que estejam exercendo atividades ligadas à educação e formação que tenham completado o ensino médio. Esse público será submetido a processos seletivos conforme as normas e os órgãos definidos pela UFABC, para o preenchimento das vagas oferecidas. (Pág. 12 – Proposta Pronera)

A FIESP poderia requerer o mesmo direito de indicar estudantes para um curso especial de engenharia. Os procedimentos de admissão na UFABC para cursos acadêmicos é único e não pode ser contornado para conferir privilégios a quem quer que seja.

4. A exigência de número de créditos volta às origens distorcidas das universidades brasileiras com cargas de 28 ou mais créditos, em número excessivo de disciplinas. Está sendo implantado na UFABC o atraso que tem consagrado a síndrome do cachorro vira-lata na nossa população. Os jovens são incapazes de escolher o próprio destino e incompetentes para buscar o conhecimento que precisarem onde estiver. Volta-se a promover as muletas em vez de ensinar a andar. Abre-se o caminho para dominação externa com a iniciação implantada pela dominação interna.

5. A composição do corpo docente está equivocada. Não se abre um curso na expectativa de contratação de professores bolsistas. A Universidade deve ter a competência necessária para oferecer o curso. No que concerne a matéria que exige competência profissional devem ser contratados PROFISSIONAIS COMPETENTES como colaboradores.

Porém mais chocante ainda é o fato de que os professores podem ser competentes ou não para se integrarem no curso, segundo consta da proposta abaixo que faz parte do documento, *O Pronera e o BRI da UFABC*:

A participação dos professores é baseada em adesão individual mediante manifestação de interesse. Não conta como crédito para o professor

Será difícil de acreditar que um conselho universitário seja capaz de aprovar uma proposta que contenha tamanha barbaridade.

De fato a proposta ainda é pior do que a prática tradicional das universidades brasileiras, com prisões curriculares, carga de créditos absurda, desestímulo à criatividade etc. A informalidade na alocação de disciplinas a docentes cuja competência não está em causa é uma novidade.

Por outro lado se a Universidade estiver disposta a desenvolver outra atividade que colabore para educação do povo brasileiro isso é muito meritório. Sempre lembrando que sua primeira obrigação é a educação superior universitária. Essa a missão primária. Mas PRONERA-BRI pode ser uma saudável atividade de extensão e não um fábrica de diplomas.

O que cabe na proposta que precisa ser reelaborada em profundidade é um **curso de extensão.** Transformem o curso em extensão, esqueçam diplomas e concentrem na competência. Não enganem os estudantes. Bacharelado em RI não é adequado. Na proposta do curso destaca-se:

> O Objetivo Geral, que marca a identidade do curso, se desdobra em quatro objetivos específicos que se traduzem nas áreas de conhecimento principais:
>
> - Geopolítica da energia e recursos naturais;
> - Globalização produtiva, ciência, tecnologia e inovação;
> - Integração econômica, política e cultural da América do Sul;
> - Governança global e relações de poder.

Vamos ser realistas. Ou esses tópicos são oferecidos de uma maneira superficial, o que é perda de tempo, ou não cabem em um curso de graduação e muito menos de formação técnica. Concentrem no essencial, história, princípios de biotecnologia, geologia, observação da terra, mudanças climáticas, princípios de genética, sociologia e política, internacionalização dos meios de produção, etc. Aliás esse curso necessita de cooperação coma EMBRAPA. É indispensável.

Principalmente procurem formar o gosto pelo saber e a capacidade de pensar, comparar, concluir com o próprio esforço.

Concluindo ofereçam o PRONERA na opção de extensão, um curso de técnico de nível superior no tema proposto ou até outro tema. Sem novas contratações. Vai sim dar muito trabalho mas aparentemente a nova proposta vem de pessoas que procuram novas tarefas por um motivo ou outro. Um curso que fortaleça o conhecimento básico, assim como indicado nos fios condutores da UFABC. Vale mais estimular o exercício de raciocinar do que expor uma ladainha de escritos de outros.

Finalmente lembrem-se que docentes das universidades federais formam uma classe privilegiada com contratos vitalícios. Não esqueçam de anunciar isso aos estudantes sejam de graduação ou de extensão. Digam que eles têm a obrigação perante a sociedade de exigir que os

docentes cumpram o compromisso de pesquisa, ensino e extensão, sendo que as duas primeiras devem sempre estar em destaque.

Não colaborem para a destruição do ensino superior brasileiro. Saiam da retaguarda, das trincheiras, da pequenez, dos esconderijos, enfrentem o árduo caminho da construção do saber, uma estrada cheia de riscos, abram as portas do conhecimento aos estudantes, procurem a síntese do conhecimento e não seu fatiamento, não tragam corredores ideológicos para dentro da universidade, prezem e estimulem a liberdade de pensamento, admitam como docentes sempre os que forem mais competentes que vocês, não construam grupos para tomada do poder, lutem para a melhoria das condições salariais dos técnicos e administradores da universidade que ficam sempre esquecidos, essas já são árduas tarefas. A UFABC não deve crescer agora deve consolidar ou dissolver.

ANEXO VII

É Extensão ou Graduação?

Uma das coisas mais importantes de se entender é que o Pronera rompe exatamente com a barreira tradicional entre ensino e extensão. Trata-se de um projeto de extensão universitária peculiar, pois tem como objetivo ampliar o acesso à formação em nível superior. No âmbito do MEC o Pronera é classificado como Programa de Graduação Especial, assim como ocorre com outros similares, quais sejam, o PARFOR (Plano 3 Nacional de Formação de Professores) e o PROCAMPO (Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo). Essa integração entre extensão e ensino é a essência do projeto e por isso há e haverá ao longo do projeto um envolvimento conjunto da Prograd e Proec. Mas não pode haver nenhuma dúvida que o projeto tem como objetivo final a entrega de um diploma de Bacharel em Relações Internacionais emitido pela Prograd.